

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO ADVOGADO.....	25
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FUNÇÃO DE ADVOGADO.....	25
2. O ADVOGADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	26
3. LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA DE ADVOGADO E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	26
3.1. Exercício da advocacia e inscrição nos quadros da OAB.....	27
3.2. Sociedade de advogados.....	28
3.3. Advogado empregado.....	29
3.4. Estagiário.....	30
3.5. Divulgação dos serviços profissionais prestados por advogado.....	31
3.6. Procuração/mandato e substabelecimento.....	32
3.7. Sigilo.....	35
3.8. Honorários advocatícios.....	35
3.9. Direitos do advogado e sua relação com os poderes e órgãos públicos.....	39
3.10. Imunidades e prisão.....	43
3.10.1. Imunidade e prisão relativas à atividade de advocacia.....	43
3.10.2. Imunidade e prisão relativas à pessoa do advogado.....	44
4. MODELOS.....	45
4.1. Modelo de procuração.....	45
4.2. Modelo de contrato de prestação de serviços profissionais (honorários contratuais).....	45
CAPÍTULO II – NOÇÕES DE REDAÇÃO JURÍDICA.....	47
1. INTRODUÇÃO.....	47
2. USO DE EXPRESSÕES TÉCNICAS.....	47
3. O PROCESSO DIGITAL.....	48
4. ELEMENTOS DA PEÇA JURÍDICA.....	48
4.1. Endereçamento.....	49
4.2. Referência a autos.....	50
4.3. Introdução.....	50
4.4. Fatos.....	51

4.5.	Direito.....	51
4.6.	Do Pedido.....	52
4.7.	Fecho.....	53
5.	OBSERVAÇÕES ESPECIAIS PARA O EXAME DE ORDEM.....	53
CAPÍTULO III – INQUÉRITO POLICIAL.....		55
1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	55
2.	CARACTERÍSTICAS.....	55
3.	DEFESA OBRIGATÓRIA DOS SERVIDORES PREVISTOS NO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	58
4.	FORMAS DE INSTAURAÇÃO.....	59
4.1.	Ação penal privada.....	59
4.1.1.	Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal privada.....	59
4.2.	Ação penal pública condicionada à representação.....	59
4.3.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	60
4.3.1.	Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal pública condicionada.....	60
4.4.	Ação penal pública incondicionada.....	61
4.4.1.	Fluxograma: instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública incondicionada.....	61
5.	DILIGÊNCIAS.....	62
6.	INCOMUNICABILIDADE DO INVESTIGADO PRESO.....	63
7.	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL.....	63
8.	INDICIAMENTO.....	63
9.	PRAZO.....	64
10.	CONCLUSÃO.....	64
11.	ARQUIVAMENTO.....	65
12.	O JUIZ DE GARANTIAS.....	66
13.	SITUAÇÕES DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL PELA ATUAÇÃO DO ADVOGADO.....	68
14.	MODELOS DE PEÇAS.....	69
14.1.	Instauração de Inquérito policial.....	69
14.2.	Representação.....	72
14.3.	Modelo de procuração com poderes para advogado requerer instauração de inquérito policial e ajuizar queixa-crime (art. 44 do CPP).....	74

14.4.	Modelo de procuração com poderes para advogado ofertar representação (art. 39, CPP).....	74
15.	PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO INQUÉRITO POLICIAL	75
15.1.	Providências e acompanhamento.....	75
16.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	76
CAPÍTULO IV – PROCESSO PENAL		83
I.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO PENAL.....	83
1.	AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	83
1.1.	Ação penal pública incondicionada.....	83
1.2.	Ação penal pública condicionada	83
1.2.1.	Representação da vítima	84
1.2.2.	Requisição do Ministro da Justiça	84
1.2.3.	Estelionato, representação e retroatividade	85
2.	AÇÃO PENAL PRIVADA.....	85
2.1.	Ação penal originariamente privada	85
2.2.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	85
3.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	86
3.1.	Requisitos do acordo de não persecução penal	86
3.2.	Procedimento	87
3.3.	Desfecho do acordo	88
4.	DENÚNCIA OU QUEIXA.....	89
4.1.	Requisitos da peça acusatória	89
4.2.	Titularidade para o oferecimento da peça acusatória.....	90
4.3.	Prazo para o oferecimento da denúncia ou queixa.....	90
II.	PROCEDIMENTO COMUM	90
1.	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	91
1.1.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	91
1.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa	91
1.1.2.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	92
1.2.	Citação do acusado	93
1.2.1.	Citação pessoal.....	93
1.2.2.	Citação com hora certa	94

1.2.3.	Citação por edital.....	94
1.2.4.	Regras especiais da citação.....	95
1.3.	Resposta à acusação	95
1.4.	Absolvição sumária	96
1.5.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	96
1.6.	Provas no processo penal	97
1.6.1.	Noções gerais	97
1.6.2.	Fatos dependentes de prova	97
1.6.3.	Produção antecipada de prova	98
1.6.4.	Poderes instrutórios do juiz	98
1.6.5.	A prova emprestada.....	98
1.6.6.	Provas ilícitas e provas ilegítimas	98
	1.6.6.1. Correntes doutrinárias acerca da prova ilícita.....	98
	1.6.6.2. Provas ilícitas por derivação.....	99
1.6.7.	Provas em espécie	99
	1.6.7.1. Interrogatório do acusado	99
	1.6.7.2. Confissão	101
	1.6.7.3. Prova testemunhal	102
	1.6.7.4. Exame de corpo de delito.....	105
	1.6.7.5. Perícias	106
	1.6.7.6. Documentos	107
	1.6.7.7. Índícios.....	107
	1.6.7.8. Reconhecimento de pessoas ou coisas.....	108
	1.6.7.9. Declarações do ofendido.....	108
	1.6.7.10. Interceptação telefônica.....	109
1.6.8.	A inviolabilidade das comunicações telefônicas	110
1.6.9.	Inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos e-mails	111
1.6.10.	Inviolabilidade de comunicação de dados.....	111
1.6.11.	Interceptação ambiental.....	111
1.6.12.	Quebra de sigilo bancário	111
1.6.13.	Colaboração premiada	112
1.6.14.	Prova pelo DNA	118
1.6.15.	Cadeia de custódia da prova penal	119

1.7.	Alegações finais (debates ou memoriais)	119
1.7.1.	Debates	119
1.7.2.	Diligências	119
1.7.3.	Memoriais.....	119
1.8.	Sentença	120
1.8.1.	Formas de pronunciamento judicial	120
1.8.2.	Estrutura material e correlação fática da sentença	120
1.8.3.	Adequação do fato imputado	120
1.8.4.	Reconhecimento de agravante na sentença (art. 385 e 387, I do CPP).....	122
1.8.5.	Estrutura formal da sentença (art. 381 do CPP)	122
1.8.6.	Sentença absolutória, condenatória e efeitos	123
1.8.7.	Sentença e ação civil ex-delito.....	123
1.8.7.1.	Fluxograma: procedimento ordinário	124
2.	PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO	125
2.1.	Fluxograma: procedimento sumário	126
3.	JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....	126
3.1.	Considerações iniciais.....	126
3.2.	Infração de menor potencial ofensivo.....	127
3.3.	Infração de menor potencial ofensivo e Estatuto do Idoso.....	127
3.4.	Infração de menor potencial ofensivo e violência doméstica	127
3.5.	Procedimento da Lei 9.099/95.....	127
3.6.	Fases do procedimento	128
3.6.1.	Primeira fase	128
3.6.2.	Segunda fase	130
3.6.3.	Fluxogramas: juizados especiais e procedimento sumaríssimo	131
III.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	134
1.	TRIBUNAL DO JÚRI.....	134
1.1.	Introdução	134
1.2.	Princípios constitucionais	135
1.2.1.	Plenitude de defesa	135
1.2.2.	Sigilo das votações.....	135
1.2.3.	Soberania dos veredictos	135
1.2.4.	Competência do tribunal do Júri	136

1.3.	Procedimento	137
1.3.1.	Sumário da culpa.....	137
1.3.1.1.	Fluxograma procedimento do júri – sumário da culpa.....	140
1.3.2.	Desaforamento.....	140
1.3.3.	Juízo da causa.....	141
1.3.3.1.	Fluxograma procedimento do júri – juízo da causa.....	146
1.4.	Recursos da decisão do Tribunal do Júri	146
1.4.1.	Apelação	146
1.4.2.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> indireta	147
1.4.3.	Embargos de declaração.....	147
2.	CRIMES FUNCIONAIS.....	148
2.1.	Defesa preliminar.....	148
2.2.	Não aplicação do rito especial.....	148
2.3.	Consequências da não observância do rito	148
3.	CRIMES CONTRA A HONRA	148
3.1.	Audiência de reconciliação	149
3.2.	Exceção da verdade.....	149
3.3.	Exceção de notoriedade do fato	149
3.4.	Pedido de explicações em juízo	149
4.	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	150
4.1.	Crimes de ação penal privada.....	150
4.2.	Crimes de ação penal pública.....	151
5.	LEI ANTIDROGAS	151
5.1.	Denúncia.....	151
5.2.	Defesa prévia	152
5.3.	Manifestação do juiz.....	152
5.4.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	152
5.5.	Fluxograma: procedimento na Lei de Drogas.....	153
6.	LEI MARIA DA PENHA.....	154
6.1.	Vedações	154
6.2.	Representação.....	155
6.3.	Medidas protetivas de urgência.....	155
6.4.	Dos crimes envolvendo violência contra a mulher	158

7.	MODELOS DE PEÇAS	158
7.1.	Pedido de explicações	158
7.2.	Queixa-crime	160
7.3.	Resposta à acusação	163
7.4.	Defesa prévia – Lei de drogas.....	165
7.5.	Defesa preliminar – Funcionários públicos.....	167
7.6.	Memoriais.....	169
8.	PASSO A PASSO – PROCESSO E PROCEDIMENTO	172
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	173
	CAPÍTULO V – RECURSOS.....	219
I.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	219
1.	CONCEITO DE RECURSO	219
2.	FUNDAMENTO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	219
3.	NATUREZA JURÍDICA.....	219
4.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	219
5.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS E SUBJETIVOS	220
5.1.	Pressupostos objetivos.....	220
5.2.	Pressupostos subjetivos.....	220
6.	PRINCÍPIOS.....	220
7.	EFEITOS DOS RECURSOS	221
8.	FLUXOGRAMA: TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	223
II.	RECURSOS EM ESPÉCIE.....	223
1.	APELAÇÃO	223
1.1.	Hipóteses de Cabimento.....	223
1.1.1.	CPP	224
1.1.2.	Lei 9.099/95.....	225
1.2.	Prazo	225
1.3.	Procedimento	226
1.4.	Fluxograma – Apelação.....	227
1.5.	Efeitos	227
2.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	227
2.1.	Hipóteses de cabimento	227
2.2.	Prazo	230

2.3.	Procedimento	231
2.4.	Fluxograma – recurso em sentido estrito	231
2.5.	Efeitos	231
3.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	232
3.1.	Hipóteses de cabimento	232
3.2.	Prazo e procedimento	232
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	232
4.1.	Hipóteses de cabimento	232
4.2.	Prazo e procedimento	232
5.	EMBARGOS INFRINGENTES E/OU DE NULIDADE	233
5.1.	Hipóteses de cabimento	233
5.2.	Prazo e procedimento	233
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	233
6.1.	Hipóteses de cabimento	234
6.2.	Prazo e procedimento	234
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	234
7.1.	Hipóteses de cabimento	234
7.1.1.	Supremo Tribunal Federal	234
7.1.2.	Superior Tribunal de Justiça.....	235
7.2.	Prazo e procedimento	235
8.	RECURSO ESPECIAL	236
8.1.	Hipóteses de cabimento	236
8.2.	Prazo e procedimento	236
9.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	237
9.1.	Hipóteses de cabimento	237
9.2.	Prazo e procedimento	237
10.	AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	238
11.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	238
11.1.	Hipóteses de cabimento	239
11.2.	Procedimento	239
12.	MODELOS DE PEÇAS	239
12.1.	Apelação	239
12.2.	Contrarrazões de apelação.....	243

12.3.	Recurso em sentido estrito.....	246
12.4.	Contrarrazões de recurso em sentido estrito.....	250
12.5.	Correição parcial	252
12.6.	Embargos de declaração.....	255
12.7.	Embargos infringentes e/ou de nulidade.....	257
12.8.	Carta testemunhável.....	260
12.9.	Recurso ordinário constitucional.....	262
12.10.	Recurso especial.....	265
12.11.	Recurso extraordinário.....	268
12.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial e extraordinário	271
12.13.	Reclamação	274
13.	PASSO A PASSO – RECURSOS	277
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	277
CAPÍTULO VI – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO		317
1.	<i>HABEAS CORPUS</i>	317
1.1.	Conceito	317
1.2.	Origem histórica.....	317
1.3.	O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	317
1.4.	Natureza jurídica.....	317
1.5.	Espécies.....	317
1.6.	Sujeitos.....	318
1.7.	Direito líquido e certo e hipóteses de impetração	318
1.8.	Coação ilegal (art. 648 do CPP).....	319
1.9.	Restrições constitucionais	320
1.10.	Competência.....	320
1.11.	Critérios de competência.....	320
1.12.	Procedimento	320
1.13.	Pedido de liminar.....	321
1.14.	Efeitos da concessão do <i>habeas corpus</i>	322
1.15.	Algumas hipóteses	322
1.16.	Recursos.....	324
1.17.	Fluxograma: <i>habeas corpus</i>	325
2.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	325

2.1.	Hipóteses de cabimento	325
2.2.	Legitimidade	326
2.3.	Competência.....	326
2.4.	Prazo	326
2.5.	Procedimento	326
3.	REVISÃO CRIMINAL.....	327
3.1.	Hipóteses de cabimento	327
3.2.	Revisão criminal e novo entendimento jurisprudencial mais benigno.....	327
3.3.	Procedimento	328
3.4.	Efeitos do julgamento	328
4.	MODELOS DE PEÇAS	329
4.1.	<i>Habeas corpus</i>	329
4.2.	Mandado de segurança.....	331
4.3.	Revisão criminal	334
5.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO.....	336
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	337
CAPÍTULO VII – PRISÕES E MEDIDAS CAUTELARES.....		343
I.	CONCEITO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	343
1.	MEDIDAS CAUTELARES E O PODER GERAL DE CAUTELA	343
2.	CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL	343
2.1.	Medidas cautelares de natureza pessoal (acusado ou suspeito)	344
2.2.	Medidas cautelares de natureza civil (reparação do dano).....	344
2.3.	Medidas cautelares relacionadas à prova	344
II.	PRISÕES.....	344
1.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE A PRISÃO (ART. 5º, CF/88)	345
2.	PRISÃO PREVENTIVA	345
2.1.	Conceito	345
2.2.	Outras formas de prisão	345
2.3.	Requisitos legais	345
2.4.	Descumprimento das medidas cautelares – art. 312, §1º, CPP.....	346
2.5.	Finalidades da prisão preventiva: <i>periculum in mora</i> ou <i>periculum libertatis</i>	346
2.6.	Fluxograma: prisão preventiva.....	347
2.7.	Aspectos processuais.....	348

2.7.1.	Momento da decretação.....	348
2.7.2.	Natureza da decisão.....	348
2.7.3.	Autoridade competente	348
2.7.4.	Proibição da custódia preventiva	348
2.7.5.	Apresentação espontânea.....	348
2.7.6.	Prisão preventiva e crimes de falência	348
2.7.7.	Prisão e duração da custódia.....	348
2.7.8.	Prisão domiciliar.....	350
3.	PRISÃO EM FLAGRANTE	350
3.1.	Conceito	350
3.2.	Hipóteses de flagrante	350
3.3.	Espécies doutrinárias	351
3.4.	Garantias constitucionais.....	351
3.5.	Flagrante no crime permanente, habitual e continuado.....	352
3.6.	Flagrante na Lei 9.099/95	352
3.7.	Flagrante na Lei de Drogas.....	352
3.8.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	352
3.9.	Verificação do auto de flagrante pelo juiz	353
3.10.	Proibição da prisão em flagrante	353
3.11.	Audiência de custódia (apresentação)	354
	Fluxograma da audiência de custódia (apresentação)	356
4.	PRISÃO TEMPORÁRIA.....	357
4.1.	Conceito	357
4.2.	Natureza cautelar.....	357
4.3.	Requisitos legais: art. 1º da Lei 7.960/89.....	357
4.4.	Decretação e prazo de duração.....	358
5.	OUTRAS PRISÕES PROCESSUAIS.....	358
5.1.	Prisão decorrente de pronúncia.....	358
5.2.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º)	358
5.3.	Prisão para fins de extradição (Lei 12.878/2013) – Difusões vermelhas (“red notices”)	358
6.	LIBERDADE PROVISÓRIA	359
6.1.	Conceito	359
6.2.	Fundamento.....	359

6.3.	Espécies.....	359
6.4.	Fluxograma: espécies ou hipóteses de liberdade provisória.....	360
6.5.	Liberdade provisória permitida, obrigatória e proibida.....	360
7.	LIBERDADE PROVISÓRIA, RELAXAMENTO OU REVOGAÇÃO.....	361
8.	MEDIDAS CAUTELARES.....	361
8.1.	Requisitos.....	362
8.2.	Modificações trazidas pela Lei nº 12.403/11.....	362
8.3.	Fiança.....	363
8.4.	Fluxograma: medidas cautelares.....	365
9.	MODELOS DE PEÇAS.....	366
9.1.	Relaxamento da prisão em flagrante.....	366
9.2.	Revogação da prisão preventiva.....	369
9.3.	Liberdade provisória.....	371
10.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	376
11.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	376
CAPÍTULO VIII – EXCEÇÕES E PROCESSOS INCIDENTAIS.....		387
I.	EXCEÇÕES.....	387
1.	CONCEITO DE EXCEÇÃO.....	387
2.	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO.....	387
2.1.	Abstenção.....	388
2.2.	Arguição.....	388
2.3.	Acolhimento.....	388
2.4.	Consequências.....	389
2.5.	Suspeição na instância superior.....	389
2.6.	Suspeição do órgão do Ministério Público.....	389
2.7.	Outras pessoas que podem sofrer alegação de suspeição.....	389
2.8.	Suspeição dos jurados.....	389
2.9.	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	390
2.10.	Impedimento e incompatibilidade.....	390
3.	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	390
3.1.	Abstenção.....	390
3.2.	Alegação.....	390
4.	LITISPENDÊNCIA.....	391

4.1.	Regras aplicáveis à litispendência	391
5.	ILEGITIMIDADE DE PARTE	391
6.	COISA JULGADA.....	391
6.1.	Regras aplicáveis à coisa julgada	392
7.	DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO	392
7.1.	Avocatória do Supremo Tribunal Federal.....	392
II.	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	393
1.	SEQUESTRO.....	393
2.	HIPOTECA	396
3.	ARRESTO	397
III.	PROCESSOS INCIDENTAIS	398
1.	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	398
1.1.	Fluxograma: pedido de restituição.....	398
2.	INCIDENTE DE FALSIDADE	398
3.	INCIDENTE DE INSANIDADE DO ACUSADO.....	399
3.1.	Procedimento	399
3.2.	Fluxograma: incidente de insanidade mental	400
4.	MODELOS DE PEÇAS	400
4.1.	Exceção de suspeição	400
4.2.	Exceção de incompetência.....	402
4.3.	Exceção de litispendência	404
4.4.	Exceção de ilegitimidade de partes	406
4.5.	Exceção de coisa julgada	408
4.6.	Sequestro.....	410
4.7.	Hipoteca.....	412
4.8.	Arresto	413
4.9.	Pedido de restituição de coisas apreendidas.....	415
4.10.	Incidente de falsidade	417
4.11.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	419
5.	PASSO A PASSO DAS QUESTÕES INCIDENTES.....	421
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	421
	CAPÍTULO IX – EXECUÇÃO	427
1.	INTRODUÇÃO	427

2.	CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	427
2.1.	Guia de recolhimento	427
2.2.	Superveniência de doença mental.....	428
2.3.	Regimes de cumprimento	428
2.4.	Saída da prisão	429
2.5.	Identificação de perfil genético	430
3.	UNIFICAÇÃO DE PENAS	430
4.	PROGRESSÃO DE REGIME	430
4.1.	Regime fechado ao semiaberto	431
4.2.	Regime semiaberto para o aberto.....	431
4.3.	Fluxograma: progressão de regime.....	432
4.4.	Observações gerais	433
4.5.	Prisão domiciliar.....	433
5.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	433
5.1.	Requisitos	433
5.1.1.	Requisitos objetivos.....	434
5.1.2.	Requisitos subjetivos	434
5.2.	Fluxograma: livramento condicional	435
5.3.	Período de prova.....	435
5.4.	Condições	435
5.4.1.	Condições obrigatórias	435
5.4.2.	Condições facultativas.....	436
5.5.	Causas de revogação do livramento condicional	436
5.5.1.	Causas de revogação obrigatória	436
5.5.2.	Causas de revogação facultativa.....	436
5.6.	Prorrogação do período de prova.....	436
5.7.	Extinção da pena	437
6.	REMIÇÃO E DETRAÇÃO DA PENA	437
6.1.	Remição.....	437
6.2.	Detração.....	437
7.	CUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS	437
7.1.	Imposição da pena restritiva de direitos.....	437
7.2.	Conversão da pena no curso da execução	438
7.3.	Prazo prescricional.....	438
8.	CUMPRIMENTO DA PENA DE MULTA.....	438

9.	CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	439
9.1.	Conceito e pressupostos	439
9.2.	Espécies.....	439
9.3.	Execução	439
10.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	440
10.1.	Hipóteses de cabimento	440
10.2.	Prazo e procedimento	440
11.	REABILITAÇÃO	440
12.	MODELOS DE PEÇAS	441
12.1.	Pedido de unificação de penas.....	441
12.2.	Pedido de progressão de regime.....	443
12.3.	Livramento condicional	445
12.4.	Agravo em execução.....	447
12.5.	Contrarrazões de agravo em execução	451
12.6.	Reabilitação.....	453
13.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA EXECUÇÃO.....	456
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	456
	ANEXO I – TEMAS DE PROCESSO PENAL	469
1.	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS	469
1.1.	Princípio do devido processo legal	469
1.2.	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	469
1.3.	Princípio do juiz natural	470
1.4.	Princípio da igualdade das partes (igualdade processual).....	470
1.5.	Princípio da presunção da inocência	470
1.6.	Princípio da ação, da demanda ou da inércia do juiz	470
1.7.	Princípio da publicidade	471
1.8.	Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento	471
1.9.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	471
1.10.	Princípio da verdade real	471
1.11.	Princípio da identidade física do juiz	472
2.	COMPETÊNCIA	472
2.1.	Fluxograma	472
2.2.	Justiça competente	472
2.2.1.	Justiça militar.....	473

2.2.2.	Justiça Eleitoral.....	473
2.2.3.	Justiça Federal.....	473
2.2.4.	Justiça Estadual.....	474
2.3.	Competência por prerrogativa de função	474
2.4.	Comarca competente	475
2.5.	Vara competente.....	475
3.	PRAZOS	475
ANEXO II – TESES JURÍDICAS PENAIS.....		477
1.	INTRODUÇÃO	477
2.	NULIDADES	477
2.1.	Notas introdutórias sobre nulidades	477
2.1.1.	Espécies de irregularidades	477
2.1.2.	Objeto da nulidade	478
2.1.3.	Nulidade absoluta e relativa	478
2.2.	Hipóteses de nulidade.....	479
2.3.	Extensão na nulidade	482
2.4.	Recurso.....	482
3.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	483
4.	ABSOLVIÇÃO.....	484
4.1.	Absolvição sumária no processo comum	484
4.2.	Absolvição sumária no processo do júri.....	486
4.3.	Absolvição final	486
5.	REDUÇÃO DE PENA.....	487
6.	DIREITOS SUBJETIVOS DO ACUSADO.....	488
7.	TESES OCULTAS.....	489
ANEXO III – O ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO		491
1.	INTRODUÇÃO	491
2.	ADVOGADO DO QUERELANTE	491
3.	ADVOGADO DO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO	491
4.	TESES DO ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO.....	492
5.	MODELO DE HABILITAÇÃO	493
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS E EXAME DA OAB.....	494
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		495